

READEQUAÇÃO DO ESPAÇO URBANO VISANDO A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

SILVA, Odair Vieira da.

Docente dos Cursos de Pedagogia e Turismo da Faculdade de Ciências Humanas – FAHU/ACEG – Garça/SP
Bacharel e Licenciado em Geografia UNESP/FCT – Presidente Prudente/SP.

Pós-graduado em Ciências Humanas – Cidadania e Cultura – UNICAMP – Campinas/SP.

Pós-graduado em Legislação Ambiental e Turismo – ACEG/FAEF – Garça/SP.

e-mail: odairvieiras@professor.sp.gov.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal provocar um debate sobre as possibilidades de readequação do espaço visando à restauração e a sustentabilidade ambiental. Ao refletir sobre os princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, partimos dos princípios que regem a cidadania em seu mais restrito sentido. Tendo em vista que a degradação ambiental tem gerado uma crise socioambiental sem precedentes na história da humanidade, crise esta que se manifesta de maneira mais explícita no ambiente urbano, palco das contradições sociais e materialização dos sistemas econômicos e produtivos. A ênfase se dará sobre as principais inadequações ambientais visando à restauração e a sustentabilidade dos mesmos, com o objetivo de assegurar a manutenção de um ambiente equilibrado e preservado, garantindo a sobrevivência saudável desta geração e das gerações futuras.

Palavras Chave: Cidadania Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Espaço Urbano. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The present article has as main objective to provoke a debate about the possibilities of readequação of the space seeking to the restoration and the environmental sustainability. When contemplating on the beginnings of sustainability environmental, economical and social, we left of the beginnings that govern the citizenship in his/her more restricted sense. Tends in view that the environmental degradation has been generating a crisis unprecedented sócioambiental in the humanity's history, crisis this that shows in a more explicit way in the urban atmosphere, stage of the social contradictions and materialization of the economic systems and productive. The emphasis will feel about the main environmental inadequacies seeking to the restoration and the sustainability of the same ones, with the objective of assuring the maintenance of a



balanced atmosphere and preserved, guaranteeing the healthy survival of this generation and of the future generations.

Key Words: Environmental Citizenship. Maintainable Development. I space Urban. Environment.

1. INTRODUÇÃO

A expansão econômica de uma sociedade é algo que não pode ser negligenciado. Além de gerar benefícios econômicos e sociais para boa parcela das camadas mais pobres da população, também diversifica e favorece o consumo por parte das camadas mais privilegiadas.

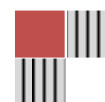
Neste sentido, o aumento do consumo favorece a produção e o crescimento econômico, na mesma medida que amplia a pressão sobre os recursos naturais necessários. No entanto, apesar da significativa importância que o desenvolvimento e o crescimento econômico têm para as sociedades humanas, não se pode descuidar do trato com as questões ambientais.

Os fenômenos contemporâneos relacionados a um modelo de desenvolvimento econômico predatório podem ser sentidos e vistos tanto no meio urbano como no meio rural. Contudo, esse modelo de desenvolvimento necessita de novos paradigmas, indispensáveis para a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos.

As mudanças abruptas provocadas pela sanha desenvolvimentista, sem o devido respeito às condições ambientais, têm a cada dia demonstrado a vulnerabilidade dos ecossistemas locais, o que tem gerado uma grave crise ambiental.

Nesta perspectiva, faz-se necessário à incorporação de princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental, com vistas a minimizar os impactos negativos provocados pelo atual modelo de desenvolvimento, que tem se mostrado ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto.

Nossa proposta neste artigo é a de tentar apresentar alternativas de readequação ambiental dos espaços urbanos, visando à restauração e a sustentabilidade dos mesmos, com o objetivo de garantir a manutenção de um meio ambiente equilibrado e preservado, garantindo a sobrevivência saudável desta geração e das gerações futuras.



2. READEQUAÇÃO DO ESPAÇO URBANO VISANDO A RESTAURAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O relatório do Brasil para a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1991, ressaltava a necessidade mudanças nos paradigmas de desenvolvimento econômico brasileiro para o final do século XX.

Se há uma síntese possível para o final de século, pode-se caracteriza-la como esgotamento de um estilo de desenvolvimento que mostrou-se ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto. Nesse sentido, os sinais de vulnerabilidade do ecossistema planetário tem atuado como uma grande caixa de ressonância dos vários 'esgotamentos' que assistimos encadearam-se numa lógica irretorquível que leva a necessidade de mudanças profundas. (BRASIL, 1991, p. 13).

Esse caráter predatório e dilapidador do meio ambiente relacionado a uma apropriação desregrada da natureza têm provocado o esgotamento e a poluição dos três elementos vitais a vida de qualquer ser vivo e da humanidade: a água, o solo e a vegetação.

Não se podem dissociar as conseqüências causadas pela degradação do meio ambiente nestes três elementos, pois a alteração provocada em um, conseqüentemente acarretará alteração em outro e assim sucessivamente.

Partindo dessa premissa, fazem necessárias algumas mudanças para readequar o espaço e favorecer a restauração e a sustentabilidade dos ecossistemas urbanos. Algumas dessas mudanças serão apresentadas neste artigo como propostas de solução para uma maior adequação entre urbanização e meio ambiente.

Como primeira proposta, sugere-se a construção e a motivação de práticas cotidianas de conservacionismo voltado à preservação de espécies e a da proteção de sistemas naturais, ou seja, educação ambiental. (SATO; CARVALHO, 2005). Com isto, esperam-se iniciativas de



organizações populares ou de envolvimento em causas que mobilizem os interesses coletivos, no caso, para a construção de sociedades sustentáveis, em consórcio com instituições especializadas.

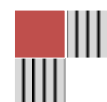
Neste contexto, objetiva-se uma valorização dos recursos naturais renováveis, isto é, da água, da floresta e do solo, como patrimônio comum, constituindo-se uma concepção de cidadania ambiental.

Deste modo, faz-se necessário apresentar alguns tópicos de construção do Projeto de Reforma Urbana apresentado durante o Eco - 92 – Conferencia da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Fórum Internacional de Reforma Urbana, destacados por Coelho (1993).

1. A visão global da cidade: a crítica à lógica de exclusão social exige uma concepção global e integrada do ambiente construído. Procura-se romper, deste modo, com a lógica dualista da cidade legal, moderna, poderosa, e a cidade ilegal, clandestina, da apartação social; 2. Direito à vida na cidade: a visão de reforma urbana incorpora a dimensão do direito à vida na cidade, numa perspectiva que se articula com a concepção de eco-desenvolvimento como garantia de todas as formas de vida; 3. Direito insurgente ambiental urbano: na construção de novos direitos assegurados a partir da função social e ambiental da cidade; 4. A construção de uma esfera pública politicamente ativa e democrática: introduz a dimensão de uma esfera pública democrática através das diversas formas de participação, articulando participação popular com o debate sobre a relação pública e privada no espaço urbano; 5. A publicização da gestão urbana: diante do projeto neoliberal de ampliação da esfera privada, resgatamos e reforçamos a dimensão pública dos serviços urbanos.; 6. Ruptura político-cultural: a gestão democrática se amplia a partir de uma concepção de ruptura político-cultural, rompendo com as práticas populistas e clientelistas e constituindo uma nova forma de gestão baseada em direitos e na construção da cidadania”. (COELHO, 1993, p. 25-26).

Esses são os caminhos percorridos pelo movimento de reforma urbana, incorporando não só as experiências dos movimentos sociais como também as desenvolvidas por setores técnicos ou governos democráticos populares.

A segunda proposta de readequação ambiental apresenta medidas mais práticas, visando a sustentabilidade dos espaços marginais aos centros urbanos, ou seja, nas áreas de contato entre os espaço urbano e rural, espaços esses que sofrem com a incidência de erosão hídrica por



parte das enxurradas provindas dos espaços urbanos, sugere-se o repovoamento nativo e de gramíneas com o objetivo de estabilizar as encostas e diminuir o transporte de material para os cursos de água. Essas medidas devem ser tomadas em áreas marginais com declividades significativas e solos suscetíveis à erosão, criando um novo ambiente, buscando restabelecer um novo equilíbrio ambiental com características mais próximas do ambiente natural.

A terceira proposta concentra-se nas áreas pavimentadas no interior dos espaços urbanos. Sabemos que essas áreas apresentam um comportamento diferenciado das áreas cobertas por vegetação. Ou seja, enquanto a primeira apresenta-se impermeável, com elevada capacidade de absorção e armazenamento de calor, a outra, pelo contrário, comporta-se como permeável, porosa e com albedo reduzido. Deste modo, na área vegetada, água da chuva se infiltra no solo apresentando um deflúvio perto de zero e a energia da radiação solar incidente é dissipada pela energia química através da fotossíntese ou pela evapotranspiração através do vapor d' água.

Como quarta proposta de readequação e sustentabilidade ambiental, relacionados ao lixo, sugere-se a reeducação dos moradores no consumo com a conseqüente diminuição do lixo e maior oferta de alimentos combinada com a coleta seletiva.

Ainda, em termos da questão do lixo sabemos que na maior parte das cidades brasileiras, a disposição do lixo se faz apenas por despejo em áreas críticas, são os lixões. As soluções mais comuns envolvem a construção de aterros sanitários, na utilização de incinerador e de estações de reciclagem de lixo.

Em relação à quinta proposta de readequação e sustentabilidade ambiental dos espaços urbanos, abordaremos as áreas de matas remanescentes próximas aos centros urbanos, dentro dos mesmos ou as áreas de matas ciliares, sugere-se que estas sejam recuperadas através de um processo de repovoamento com vegetação nativa envolvendo essas áreas e as áreas de nascentes dentro e fora do perímetro urbano.

Deste modo, como destaca Francisco (1989), as matas de áreas remanescentes representam papel de grande importância.

- a) **Manutenção de fontes**, através do ciclo de água na natureza, vê-se a importância que as florestas desempenham no armazenamento de água, contribuindo para isto, não só pelo abastecimento do lençol subterrâneo, mas também pelo que fica retido na camada superficial de matéria orgânica decomposta ou em estado de decomposição;
- b) **Quebra-ventos**, as áreas de matas através de sua disposição natural, evitam a ação física dos ventos, propiciando sua elevação e protegendo as áreas adjacentes. Estima-se que os



quebra-ventos protejam uma faixa correspondente de dez a vinte vezes a sua altura, no sentido de atração do vento. Possuem a capacidade de reduzir a velocidade do vento de 20% a 60%; c) **Regulador térmico**, as áreas de matas propiciam o desenvolvimento de um microclima no seu interior, fato representado principalmente pelo elemento temperatura. Este processo ocorre pela sua capacidade em reduzir aproximadamente cerca de 73 a 86% da quantidade de radiação de onda curta incidente através da absorção das copas, fato que propicia uma redução de 6% da temperatura do ar no ambiente florestal durante o período de verão. (FRANCISCO, 1989, p. 190).

Por fim, ao referenciarmos a sexta proposta, trataremos da questão dos esgotos sanitários, os mesmos se constituem na combinação de redes coletoras, estações elevatórias, estações de tratamento e lançamento do efluente tratado nos corpos receptores. Geralmente, os sistemas de esgoto sanitários baseiam-se em fossas negras, ou redes coletoras e nas estações elevatórias, sendo em muitos casos os esgotos despejados “*in natura*” nos cursos de água. No entanto como proposta de solução sugere-se a construção de esgotos em escala condominial.

Respeitando-se as características locais, a estação pode ser biodigestora, com o aproveitamento do gás produzido ou, tanques sépticos de alta capacidade e eficiência com reduzida manutenção. Os efluentes tratados dessa maneira podem ser infiltrados no próprio local ou lançados na rede coletora, caso essa exista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensa urbanização brasileira, com a expansão ininterrupta das cidades através das áreas periféricas vem sendo acompanhada de uma série de problemas sócio-ambientais.

A falta de planejamento por parte das instituições públicas e o crescente adensamento populacional nas áreas periféricas tem causado inúmeras inadequações de ocupação dos espaços urbanos.

Essas inadequações tem ultrapassado a capacidade de suporte e absorção do meio ambiente, o que tem gerado a polêmica dos impactos ambientais. Esses impactos são causados



por elementos que devem ser entendidos de forma integrada, pois são partes de um processo e de um modelo de desenvolvimento que compromete a sustentabilidade ambiental, econômica e social da humanidade.

Percebe-se dessa maneira a necessidade de mudança proeminente dos paradigmas de desenvolvimento, produção e consumo. Mudança das instituições, por ações que envolvam o poder público, o mercado e a sociedade. (VIVEIROS, 2006).

Entretanto, é fato que no Brasil o poder público se mescla com a iniciativa privada, no momento em que utiliza o seu aparelho para favorecer as elites, conforme ressalta Moraes (1994, p. 97) “um dos traços de nossa formação política, expressa exatamente a prática da ‘transformações pelo alto’ em que a coisa pública é tratada como negócio privado das elites”.

No que tange aos aspectos conservacionistas e degradantes, o poder público manifesta uma situação paradoxal, em que a união dos aparelhos do Estado com o capital privado degradam o meio ambiente, os lucros advindos desta degradação são depositados nas mãos da iniciativa privada. Todavia, no momento em que a degradação atinge níveis intoleráveis e despertam a crítica da sociedade, os custos para a recuperação do meio degradado ficam a cargo exclusivo do poder público, ou seja, socializados.

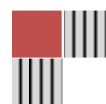
No entanto, corrigir danos ambientais não se resume apenas em aspectos físicos ou naturais, requerem também uma correção no âmbito social, econômico e cultural da população.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília: SIPR, 1991

COELHO, F. D. Desenvolvimento sustentado e reforma urbana. In: GRAZIA, G.(org) **Direito a cidade e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Fase, 1993

FRANCISCO, F. C. **Análise ambiental e conseqüências do desmatamento no Município de Presidente Prudente no período de 1917 a 1986**. Dissertação de Mestrado. Rio Claro: UNESP, 1989.



SATO, M; CARVALHO, I. (org). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. HUCITEC, 1994

VIVEIROS, M. **Coleta seletiva solidária: desafios no caminho da retórica à prática sustentável**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2006.

